



CEARÁ EM EVIDÊNCIA NA AGENDA AMBIENTAL GLOBAL

Governador, prefeito de Fortaleza, especialistas e delegações destacam iniciativas do Estado em energia limpa, crédito sustentável e adaptação às secas durante a COP30



EDITORIAL

Ceará ocupa espaço global — e o Opinião CE mostra por quê

A participação do Ceará na COP30, em Belém, reafirmou o que o Estado vem construindo há anos: planejamento, constância e uma agenda climática que dialoga com desenvolvimento econômico e justiça social. Mas, nesta edição, um elemento adicional fez diferença — a presença do Opinião CE em cobertura direta da Conferência, garantindo que a voz do Nordeste fosse ouvida, registrada e ampliada. Em um ambiente global dominado por grandes eixos geopolíticos, estar fisicamente na COP significou ocupar espaço, projetar o debate regional e mostrar, com profundidade, o que de fato está sendo construído aqui.

O Ceará chegou à COP com dados sólidos, políticas públicas estruturadas e um discurso alinhado ao que o mundo espera: transição energética, adaptação climática e inclusão social caminhando lado a lado. O lançamento do Inventário de Emissões, defendido pelo governo do Ceará, reforçou que políticas ambientais só têm sentido quando melhoram a vida das pessoas. Essa combinação — técnica e humana — marcou a presença cearense.

Ao lado disso, o Nordeste apresentou seu Plano de Transformação Ecológica, construído pelo Consórcio Nordeste, um documento que reúne mais de 300 ações prioritárias e coloca a região como força articulada da nova economia verde. É a primeira vez que o Nordeste chega tão unido, tão estruturado e com tamanha capacidade de influenciar o debate climático global.

E foi justamente essa força regional que o Opinião CE ajudou a evidenciar. A cobertura presencial permitiu apresentar, em tempo real, temas que ganharam destaque na COP: o Recaatingamento, que recoloca o bioma mais brasileiro no centro das discussões; as iniciativas pioneiras em energia limpa; e projetos transformadores como o executado pela Ceneged, que levou energia solar a 23 mil famílias isoladas na Amazônia. Histórias que, sem o olhar atento do jornalismo regional, poderiam passar despercebidas em meio à imensidão do evento.

Ao estar no território da Conferência, o Opinião CE garantiu ao leitor cearense e nordestino acesso a análises, entrevistas exclusivas e bastidores que colocam a região no mapa global da transição ecológica. Mais do que informar, nossa presença consolidou o Nordeste como protagonista de um debate que moldará as próximas décadas.

A COP30 mostrou que o Ceará não está aguardando o futuro — está construindo-o. E mostrou também que a imprensa regional, quando presente, qualificada e comprometida, amplia fronteiras, fortalece políticas públicas e dá voz a um Brasil que muitas vezes não está no centro do noticiário nacional.

O Ceará volta da COP maior, mais visto, mais ouvido. E o Opinião CE volta com a certeza de que ocupar esse espaço — presencial, técnico e jornalístico — é também parte da transformação que defendemos.

EXPEDIENTE

GRUPO DE COMUNICAÇÃO OPINIÃO CE

Presidente: **ROBERTO MOREIRA**

Diretora-geral: **ELBA AQUINO**

Diretora Comercial: **ROSSI DANTAS**

Gerente de Novos Negócios: **JOÃO MAROPO**

Editores: **DELLANO RIOS, LYZ VASCONCELOS E RODRIGO RODRIGUES**

Gerente Administrativo: **JÚNIOR SANTOS**

ESPECIAL OPINIÃO COP30

Cobertura presencial em Belém: **RODRIGO RODRIGUES** e **LEVY DANTAS**

Edição: **RODRIGO RODRIGUES**

Textos: **RODRIGO RODRIGUES** e **FELIPE BARRETO**

Revisão: **RAYANE PAZ**

Imagens: **GETTYIMAGES, DIVULGAÇÃO E WESLEY LEVY**

Projeto Gráfico: **JOÃO MAROPO** | Diagramação: **HELLYNARA RODRIGUES**

Endereço: **RUA PROFESSOR DIAS DA ROCHA, 1097B - BAIRRO: ALDEOTA.**

CEP: **60170-285. FORTALEZA-CE**

CNPJ: **45.114.358/0001-83** | Tel. redação: **(85) 3037 9117**

Transparência que fortalece reputações.

A Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC, por meio de seu Núcleo ESG, atua como referência no apoio às indústrias que buscam evoluir de forma responsável e estratégica.

Orientamos empresas na adoção de práticas que:

- Identificam riscos e protegem o futuro dos negócios.
- Antecipam oportunidades e geram vantagem competitiva.
- Direcionam decisões seguras e sustentáveis, alinhadas às melhores práticas globais.

Estamos preparados para conduzir essa transformação com conhecimento, metodologia e visão de futuro.



Saiba mais sobre o Programa ESG FIEC e fortaleça o futuro da sua empresa.

Aponte a câmera do seu celular para o qrcode ou acesse: www1.sfiec.org.br/esg

Quando o alicerce é forte, o reconhecimento alcança os lugares mais altos.



Eleita a melhor construtora brasileira no Prêmio Valor 1000.

Há 50 anos, o Grupo Marquise constrói com solidez, inovação e sustentabilidade, impulsionando o desenvolvimento do Brasil.

De rodovias a ferrovias, de saneamento a recursos hídricos, de edificações a mobilidade urbana, de portos a aeroportos, nossa engenharia está em grandes obras de infraestrutura que transformam a vida de milhões de brasileiros.

Conquistamos a segunda posição geral no setor de Construção e Engenharia – sendo a construtora brasileira mais bem colocada, atrás apenas de uma empresa internacional – e fomos também reconhecidos como a Maior e Melhor do Norte e Nordeste.

O Grupo Marquise subiu 23 posições entre as maiores empresas do país e conquistou a terceira posição em receita líquida no setor de Construção e Engenharia, reafirmando nossa importância como referência nacional.



Projeto leva energia limpa a 23 mil famílias isoladas na Amazônia

Iniciativa da Ceneged instala sistemas fotovoltaicos em regiões remotas do Pará e leva dignidade, segurança e novas oportunidades a comunidades fora da rede elétrica



Responsável por um dos maiores projetos de acesso à energia limpa na região Norte, um projeto inovador de uma empresa com atuação no Ceará, a Ceneged, já levou eletricidade gerada por fonte solar a mais de 23 mil famílias que vivem em áreas isoladas do Pará, que recebe a COP30 em uma edição histórica.

Desde 2018, a empresa executa o Projeto Pará, que integra o programa federal Mais Luz para a Amazônia, destinado a comunidades fora do Sistema Interligado Nacional (SIN). A iniciativa já alcançou mais de 20 municípios, garantindo a milhares de pessoas, energia elétrica contínua e segura.

Para isso, a empresa instalou sistemas individuais de geração solar compostos por placas, controladores e baterias capazes de produzir, em média, 120 kWh por mês, suprimindo necessidades essenciais como iluminação, comunicação e refrigeração.

A operação enfrenta desafios logís-

ticos e ambientais próprios da região amazônica: longas distâncias, acesso limitado por rios e florestas e condições climáticas extremas. Apesar disso, a Ceneged se consolidou como referência técnica no setor, firmando parceria com a Equatorial Energia Pará para executar o projeto em larga escala.

O diretor-presidente da empresa, Renato Albuquerque Felipe, destaca que a iniciativa ultrapassa metas empresariais e deixa um legado social. “São milhares de domicílios que passam a ser atendidos por um recurso tão básico e comum a todos nós, a energia elétrica, mas tão raro e distante para essa população. Esse projeto transcende objetivos corporativos e transforma vidas”, afirmou.

“LEVAR ENERGIA É LEVAR DIGNIDADE”, DIZ DIRETORA-EXECUTIVA CENEGED

Em entrevista ao Opinião CE, a diretora-executiva de Estratégia

e Operações da Ceneged, Luciana Freitas, detalha o impacto estrutural do projeto e sua importância para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ela explica que a demanda surgiu da necessidade urgente de atender famílias completamente isoladas do SIN.

“A implantação do Projeto Pará nasceu da necessidade de ampliar o acesso à energia em regiões remotas da Amazônia Legal. Fomos selecionados pela Equatorial devido à nossa capacidade técnica para atuar nesses contextos desafiadores”, comenta.

Luciana ressalta que o impacto vai além da infraestrutura. “O Projeto Pará transforma vidas e, ao mesmo tempo, contribui para a transição energética. Ao gerar energia limpa por meio da solar, reduzimos o uso de combustíveis fósseis e minimizamos emissões de carbono”, afirma. Para ela, o efeito combinado, social e ambiental, mostra como tecnologia

e sustentabilidade podem caminhar juntas na inclusão de populações historicamente desassistidas.

A diretora também destaca o trabalho direto com as comunidades atendidas, considerado por ela uma das etapas mais transformadoras do projeto.

“A capacitação das famílias para uso e manutenção básica dos sistemas cria autonomia e fortalece vínculos. Levar energia a quem mais precisa é levar dignidade, oportunidades e esperança”, resume. A Ceneged oferece cartilhas educativas, suporte contínuo e manutenção preventiva e corretiva.

Com o Projeto Pará, a empresa busca reforçar seu compromisso com inovação, sustentabilidade e transformação social, ampliando fronteiras da energia limpa e garantindo que famílias antes invisibilizadas tenham novas perspectivas de futuro.

“O Nordeste está alinhado”: região lança plano inédito de desenvolvimento sustentável na COP30

O Consórcio articula ações conjuntas entre Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe

O Nordeste brasileiro assumiu, durante a COP, o protagonismo, o protagonismo nas discussões globais sobre sustentabilidade. Durante a COP30, em Belém (PA), foi lançado oficialmente o Plano Brasil Nordeste de Transformação Ecológica, um documento que reúne estratégias conjuntas dos nove estados da região para impulsionar o desenvolvimento verde, reduzir desigualdades e atrair investimentos em inovação e energia limpa.

O lançamento, liderado pelo Con-

sórcio Nordeste, contou com a presença de governadores, secretários estaduais e representantes do Governo Federal. A proposta é consolidar o Nordeste como referência em transformação ecológica, com projetos voltados à transição energética, segurança hídrica, bioeconomia e infraestrutura sustentável.

O Consórcio articula ações conjuntas entre Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.



Representando o Ceará, a secretária do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Vilma Freire, destacou o papel estratégico do Estado dentro do Plano.

“O Nordeste faz o dever de casa ao apresentar essa cartela de possibilidades, de forma organizada e planejada. E o Ceará aparece em um espaço fundamental desse processo. Nós temos potencialidades que estão descritas no Plano. Agora, a palavra é financiamento. Sem isso, a gente não consegue andar”, afirmou.

“O Nordeste tem a grande oportunidade de pegar essa onda da transformação ecológica e se tornar uma potência”, destacou Carina Vitral, assessora do Ministério da Fazenda, durante o evento.

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, ressaltou que o Plano é resultado de uma ampla construção coletiva. “Não é pouca coisa estarmos em plena COP entregando esse trabalho. Isso mostra a sintonia do Nordeste com o Brasil, e por isso se chama Brasil Nordeste. Ele foi feito escutando a sociedade e em completa consonância com o plano nacional de transformação ecológica. O coração dessa transformação está no Nordeste”, afirmou.





“O Nordeste tem a grande oportunidade de pegar essa onda da transformação ecológica e se tornar uma potência”, destacou Carina Vitral, assessora do Ministério da Fazenda, durante o evento.

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, ressaltou que o Plano é resultado de uma ampla construção coletiva. “Não é pouca coisa estarmos em plena COP entregando esse trabalho. Isso mostra a sintonia do Nordeste com o Brasil, e por isso se chama Brasil Nordeste. Ele foi feito escutando a sociedade e em completa consonância com o plano nacional de transformação ecológica. O coração dessa transformação está no Nordeste”, afirmou.

FINANCIAMENTO

Presidente do Consórcio Nordeste e governador do Piauí, Rafael Fonteles enfatizou o desafio do financiamento como ponto-chave para viabilizar as ações.

“Temos muitas similaridades nas nossas potencialidades e muitos desafios. O principal tema é o financiamento. Sem ele, não vamos desenvolver esse projeto. É fundamental que nenhum fundo desse País destine menos de 14% para o Nordeste. Deveria ser pelo menos 27%, que é o que

representa a nossa população. É por isso que o Nordeste precisa falar mais grosso. Essa vai ser a nossa luta.”

O ministro do Planejamento e da Integração Regional, Waldez Góes, reforçou o compromisso do Governo Federal com as iniciativas regionais. “Sem planejamento, não é possível garantir recursos. Ter bons planos e capacidade na execução é decisivo. Quero parabenizar o Nordeste. Os eixos estão muito bem definidos. O potencial do Nordeste e da Amazônia não deixa a desejar a ninguém”, declarou.

PLANEJAMENTO

O Plano Brasil Nordeste reúne projetos estruturantes nas áreas de energias renováveis, saneamento, mobilidade, agricultura sustentável e preservação ambiental. A iniciativa marca um passo decisivo na integração das políticas de desenvolvimento regional com os objetivos climáticos do Brasil e deve servir de referência para ações conjuntas com o setor privado e organismos internacionais.

No total, são 47 propostas e 324 ações prioritárias, elaboradas com a participação de 515 representantes em oficinas realizadas nos nove estados do Nordeste. O documento foi construído sob a coordenação do Consórcio Nordeste, com propostas que

articulam o envolvimento de uma ampla diversidade de atores.

NORDESTE CHEGA UNIDO NA COP

O Plano Brasil Nordeste reúne diretrizes e projetos concretos para promover uma transformação ecológica com justiça social, reposicionando a região como protagonista da transição energética global. O documento, consultado pelo Opinião CE com exclusividade, foi construído de forma colaborativa, envolvendo governos estaduais, academia, setor produtivo, movimentos sociais e comunidades tradicionais.

O Plano está estruturado em seis eixos de atuação que traduzem as prioridades e desafios da transformação ecológica no Nordeste.

O primeiro eixo, Finanças Sustentáveis e Inclusivas, propõe a criação de um sistema financeiro e de governança que impulse a transição ecológica na região. A ideia é integrar investimentos públicos e privados, garantindo segurança jurídica e inclusão social.

O segundo eixo trata do Adensamento Tecnológico, com foco em posicionar o Nordeste na economia global de baixo carbono. O plano prevê o fortalecimento das cadeias produtivas locais, o estímulo à inovação e a gera-

ção de empregos qualificados.

O eixo da Bioeconomia e dos Sistemas Agroalimentares Adaptados destaca a vocação natural da região para transformar sua sociobiodiversidade em fonte de prosperidade sustentável. As ações envolvem agroecologia, turismo comunitário, bioindústria e valorização da agricultura familiar.

Na Transição Energética, o plano busca consolidar o Nordeste como líder mundial em energia renovável justa e inclusiva. A proposta integra fontes solar, eólica, biomassa e hidrogênio verde, convertendo o potencial energético regional em competitividade e geração de renda.

O eixo da Economia Circular e Solidária incentiva a inovação aliada à conservação ambiental. O objetivo é fortalecer cooperativas e arranjos produtivos locais, com foco em reciclagem, biodigestores, bioinsumos e tecnologias sociais voltadas para uma economia de baixo carbono.

Por fim, o eixo de Infraestrutura Verde-Azul e Adaptação Climática defende a criação de uma infraestrutura conectada à natureza. As ações priorizam soluções baseadas na natureza para água, saneamento, mobilidade e prevenção de desastres, promovendo resiliência climática e valorização territorial.

Ceará e Nordeste entram na disputa global por indústria verde, aponta CNI na COP30

O superintendente reforça que o desafio, agora, é transformar vantagens comparativas, já consolidadas, em vantagens competitivas

O superintendente de Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bontempo, destacou, em entrevista ao Opinião CE durante a COP30, em Belém (PA), que o Ceará e o Nordeste reúnem condições únicas para se tornarem protagonistas na nova economia de baixo carbono.

Segundo ele, o desafio é transformar vantagens comparativas, já consolidadas, em vantagens competitivas, capazes de atrair investimentos, abrir novos mercados e posicionar a região como líder industrial na transição climática. Bontempo explica que inovação, sustentabilidade e competitividade caminham juntas no redesenho da indústria brasileira.

“Nosso objetivo final é ter uma indústria cada vez mais competitiva com sustentabilidade”. Essa visão orienta o trabalho da CNI dentro da SB COP [Sustainable Business COP], iniciativa que articula o setor privado em temas como transição energética, economia circular, bioeconomia, qualificação profissional e finanças sustentáveis.

Segundo ele, o setor industrial já demonstra capacidade de liderança. A agenda da CNI busca identificar soluções que possam ser escaláveis, replicadas no País e, inclusive, transformadas em políticas públicas. “O empresário precisa operar com regras claras e segurança jurídica para ganhar produtividade com competitividade”, reforça.

NORDESTE E CEARÁ: DE POTENCIAL A VITRINE DA NOVA INDÚSTRIA

Questionado sobre a prontidão da indústria nordestina para essa nova economia, Bontempo afirmou que a região não parte do zero, pelo contrário, já possui vantagens estruturais que a posicionam de forma privilegiada, como

liderança em energias renováveis, com destaque para solar, eólica, biomassa e expansão da infraestrutura de hidrogênio verde; eficiência energética acima da média, resultado de investimentos contínuos no setor; crescimento da agenda de biocombustíveis, fortalecendo a conexão entre indústria e transição energética; e ambiente favorável à inovação, impulsionado por universidades, hubs tecnológicos e políticas estaduais.

Para Bontempo, essas vantagens precisam agora ser convertidas em competitividade real para que o Nordeste amplie o acesso a mercados e responda às novas demandas dos consumidores e às normas internacionais. “A grande questão é transformar essas vantagens comparativas em competitividade”, resume.

O superintendente destaca ainda que o consumidor global está cada vez mais exigente e que as cadeias produtivas caminham rumo a requisitos rigorosos de transparência climática. O Nordeste, segundo ele, tem a chance de se antecipar e moldar uma indústria com atributos que o mundo já considera obrigatórios.

TRANSIÇÃO VERDE COMO MOTOR ECONÔMICO

Bontempo também reforça que a região tem potencial para liderar a transição industrial do Brasil, e que esse movimento pode gerar impacto direto em desenvolvimento econômico, atração de investimentos e inclusão produtiva. “O Nordeste tem uma vantagem comparativa bastante grande”, afirma.

Para a CNI, o momento exige coordenação, planejamento e incentivos que permitam transformar o potencial do Ceará e de toda a região em resultados concretos.



Camilo defende transição ecológica com dignidade humana

Camilo ressalta que políticas climáticas precisam unir preservação ambiental e garantia de dignidade para as populações que vivem nos territórios

Durante a COP30, o ministro da Educação, Camilo Santana (PT), reforçou que a agenda ambiental não pode ser dissociada das condições de vida da população.

Em fala firme durante entrevista exclusiva ao Opinião CE, ele destacou que o Ceará e outros estados do Nordeste são, hoje, pilares da matriz energética limpa do Brasil, com protagonismo em energia solar, eólica e em tecnologias de reúso de água, mas que qualquer política climática precisa considerar o ser humano.

“Quando se fala em meio ambiente, o elemento mais importante é o homem”, afirmou.

Camilo lembrou que o Ceará foi pioneiro nas fontes renováveis e tem avançado em soluções de segurança hídrica, citando o reúso de água e a construção da unidade de dessalinização que deverá reforçar o abastecimento humano. Para ele, essas iniciativas mostram que desenvolvimento sustentável é mais do

que proteger biomas, garantindo saúde, educação, moradia, trabalho e dignidade às pessoas que dependem diretamente do território.

O ministro também ecoou o discurso do presidente Lula (PT) ao cobrar responsabilidade dos países ricos, que historicamente poluíram mais e agora exigem preservação das nações que mantiveram suas florestas.

Camilo defendeu o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), inicia-

tiva proposta pelo Brasil para criar um fundo de investimento global que remunerará países por manterem suas florestas tropicais em pé, como mecanismo para proteger a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar condições de vida para quem vive nela.

“Os países ricos poluíram o meio ambiente. Mas embaixo da floresta tem gente que mora, que trabalha, que precisa viver com dignidade. O Ceará é exemplo desse equilíbrio”, concluiu.





Marina Silva defende criação de Fundo Biomas e destaca plano de combate ao desmatamento da Caatinga

A ministra aponta que biomas como a Caatinga, o Cerrado, o Pantanal e o Pampa enfrentam pressões crescentes e demandam ações específicas

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, afirmou durante entrevista ao Opinião CE na COP30, em Belém (PA), que o Brasil precisa avançar para uma política integrada de proteção e restauração de todos os biomas do País. Ela destacou que biomas como a Caatinga, o Cerrado, o Pantanal e o Pampa enfrentam pressões crescentes e demandam ações específicas e urgentes de conservação.

Segundo Marina, o Governo Federal já concluiu o plano de controle do desmatamento da Caatinga, construído em parceria com governos estaduais e secretarias de meio ambiente.

A iniciativa segue a mesma lógica dos planos que originalmente existiam apenas para a Amazônia, agora ampliados para todos os biomas brasileiros.

“Temos que valorizar todos os biomas brasileiros. A Caatinga, o Pantanal, a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pampa, o Cerrado. Alguns deles estão sofrendo uma pressão muito grande em termos de degradação e de uso insustentável dos recursos”, disse.

FUNDO BIOMAS: PROPOSTA BUSCA EVITAR PULVERIZAÇÃO DE RECURSOS

Marina revelou que o Governo Federal estuda criar um Fundo Biomas, inspirado no Fundo Amazônia, mas com uma lógica integradora. A proposta, discutida com governadores do Nordeste e membros do Consórcio Nordeste, prevê um mecanismo unificado de financiamento para preservação, restauração, pesquisa e uso sustentável dos biomas.

A ministra explicou que, embora

exista a ideia de um “Fundo Caatinga”, um fundo separado para cada bioma poderia resultar em investimentos dispersos e pouco efetivos. “Para não ter um fundo para cada bioma, senão a gente vai ficar com uma ‘muquequinha’ de dinheiro em cada um, estamos estudando a possibilidade de um Fundo Biomas”, afirmou.

O modelo permitiria centralizar e distribuir recursos de forma estratégica, priorizando conservação e desenvolvimento sustentável, especialmente em áreas mais pressionadas pela degradação ambiental.

PAMPA E MATA ATLÂNTICA TAMBÉM ENTRAM NO RADAR

Além da Caatinga, Marina destacou situações críticas em outros ecossistemas. No Pampa, por exemplo, a ministra aponta uma visão equivocada

sobre os campos naturais, muitas vezes tratados como áreas de menor importância ambiental. “Eles são um espaço de biodiversidade única, com espécies singulares que precisam ser preservadas ou restauradas”, alertou.

Já na Mata Atlântica, o cenário é de limite extremo: não é mais possível qualquer nova pressão sobre remanescentes de floresta nativa.

VISÃO INTEGRADA

Ao defender o Fundo Biomas e os novos planos de prevenção e controle do desmatamento, Marina reforça a ideia de que políticas ambientais precisam avançar para uma abordagem nacional e simultaneamente regionalizada. “É trabalhar mecanismos de financiamento para restauração, preservação, pesquisa científica e uso sustentável. E isso deve valer para todos os biomas brasileiros”, concluiu.



Aldigueri: alinhamento político no Nordeste “fortalece” estratégias para mitigação climática

O presidente, que participou da comitiva do governador na COP, defende que essa unidade regional fortalece políticas públicas, reduz custos e projeta o Nordeste como protagonista mundial



O presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, Romeu Aldigueri (PSB), destacou durante a COP30, em Belém (PA), em entrevista exclusiva ao Opinião CE, que o Nordeste vive um momento histórico de alinhamento estratégico entre seus governos, especialmente em áreas como emprego e renda, educação, saúde, desenvolvimento econômico e, agora, transição energética.

Para ele, essa unidade regional fortalece políticas públicas, reduz custos e projeta o Nordeste como protagonista mundial no debate climático.

Aldigueri ressaltou o papel do governador Elmano de Freitas (PT), que representou oficialmente os estados nordestinos na Conferência, destacando que o Ceará chega à COP30 munido de programas estratégicos robustos, como o Recaatingamento, iniciativa de recuperação e convivência sustentável com o bioma Caatinga, e políticas avançadas de energia limpa.

“Temos experiências consolidadas em energia verde, renovável, e mostramos ao mundo que é possível crescer garantindo justiça climática”, afirmou.

O parlamentar, que acompanhou a

comitiva do governador durante participação cearense na COP, também citou o avanço de novos projetos estruturantes no Estado, como o polo automotivo de veículos elétricos, que já apresentou seu primeiro modelo, o Spark, e a instalação de alguns dos maiores data centers do planeta, que devem operar com uso de água de reúso.

Para Aldigueri, esses investimentos consolidam o Ceará como referência internacional em inovação e sustentabilidade.

Em tom de alerta, Aldigueri avaliou que o mundo não pode mais tratar a crise climática como tema abstrato ou “romântico”. Ele cobrou ações imediatas, baseadas em tecnologia e conhecimento científico, para enfrentar eventos extremos cada vez mais frequentes no Brasil, como tornados e ciclones, que, segundo ele, “são consequência direta do efeito estufa e das escolhas humanas nas últimas décadas”.

“Está na hora de agir. Espero que a conferência faça governantes que ainda estão no século retrasado compreenderem a urgência climática que vivemos”, declarou.



Em participação na COP30, Elmano defende uso de dados com foco social

Na Conferência, em Belém, o chefe do Executivo cearense defendeu que a gestão pública seja orientada por dados, mas centrada nas pessoas

Durante o lançamento do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Ceará, na COP30, o governador Elmano de Freitas (PT) defendeu uma gestão pública orientada por dados, mas com centralidade nas pessoas. A fala foi feita durante painel na Zona Verde, na COP30.

“Não há como fazer política pública sem dados. E fico feliz em não fazer isso de forma tecnicista. É entender como isso mexe com a vida das pessoas”, afirmou o governador.

Elmano representa o Consórcio Nordeste, que atua na COP30 com o objetivo de fortalecer a presença dos estados nordestinos na agenda internacional do clima. O grupo busca mostrar que a região tem potencial para liderar uma transição ecológica justa, baseada

na energia limpa, na recuperação de biomas e na valorização dos territórios tradicionais.

O governador destacou que o Ceará pretende transformar os diagnósticos técnicos em políticas públicas com impacto direto, especialmente nas áreas mais vulneráveis aos efeitos da seca e do aumento das temperaturas.

O Inventário de Emissões, lançado durante o evento, reúne dados atualizados sobre o perfil de emissões do Estado e servirá de base para definir novas metas rumo à neutralidade de carbono.

“Os números nos mostram o caminho, mas o nosso compromisso é com as pessoas”, reforçou Elmano, ao defender que a política climática do Nordeste seja também uma política de inclusão social e desenvolvimento regional.





Ceará apresenta Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa na COP 30

Os dados do inventário servirão como base para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à mitigação das mudanças climáticas e para a transição do Estado para uma economia de baixo carbono

O Governo do Ceará apresentou, durante participação na COP, na Zona Verde da COP 30, em Belém, o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Ceará (IE-GEE-CE). O documento técnico, elaborado pelo ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (Sema), reúne dados sobre emissões e remoções de gases de efeito estufa no período de 2018 a 2023.

A apresentação contou com a presença do governador do Ceará, Elmano de Freitas, da secretária da Sema,

Vilma Freire, do secretário-executivo do ICLEI, Rodrigo Perpétuo, e do presidente da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), Romeu Aldigueri.

O inventário cumpre as determinações da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (Lei nº 16.146/2016) e os compromissos do Estado em agendas climáticas nacionais e internacionais, como a Race to Zero e a Under2 Coalition, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A metodologia utilizada, baseada no Protocolo Global para Inventários de Emissões na Escala da

Comunidade (GPC), garante consistência, transparência e comparabilidade dos dados, alinhando o Ceará às melhores práticas internacionais em planejamento climático.

Segundo o governador, os dados do inventário servirão como base para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à mitigação das mudanças climáticas e para a transição do Estado para uma economia de baixo carbono.

“Os dados sobre as emissões no Ceará servirão como base para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à mitigação das mudanças cli-

máticas, reforçando o compromisso do Estado com a sustentabilidade e a transição para uma economia de baixo carbono”, explicou Elmano.

Para a secretária Vilma Freire, o inventário é um marco no compromisso do Ceará com o clima e funciona como guia para orientar políticas e ações de redução das emissões e adaptação climática. “Que ele sirva como um guia sólido para a tomada de decisões baseadas em evidências, para a formulação de políticas públicas e para o engajamento de toda a sociedade cearense nesta missão coletiva”, disse.

O que é o Recaatingamento e por que esse tema ganhou destaque na COP30

A discussão propõe uma mudança estrutural na forma como o bioma é protegido, recuperado e integrado



O bioma Caatinga, único exclusivamente brasileiro e presente majoritariamente no Nordeste, voltou ao centro dos debates ambientais durante a COP30, realizada em Belém (PA), e o Ceará tem buscado protagonismo nessa agenda por meio da estratégia de Recaatingamento.

A iniciativa, que integra políticas estaduais e discussões regionais do Consórcio Nordeste, propõe uma mudança estrutural na forma como o bioma é protegido, recuperado e integrado ao desenvolvimento socioeconômico.

Em entrevista exclusiva ao Opinião CE, Luciana Barreira, procuradora da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) e coordenadora do Grupo de Trabalho de Recaatingamento do Estado, explica que a proposta surge da urgência em recolocar a Caatinga no centro das políticas ambientais, destacando seu potencial de captura de carbono, sua importância para mitigação e adaptação climática e sua capacidade única de regeneração.

“O recaatingamento é fundamental para atrair financiamento climático e subsidiar ações concretas de proteção e recuperação do bioma”, afirmou.

O QUE É O RECAATINGAMENTO?

O termo define um conjunto de ações de reabilitação ecológica, gestão sustentável do território e promoção da convivência com o semiárido, conectando restauração ambiental e desenvolvimento humano. Na prática, não se trata apenas de reflorestamento, mas de uma metodologia que integra práticas agroecológicas, fortalecimento da agricultura familiar e uso responsável dos recursos naturais.

Segundo Luciana Barreira, o Recaatingamento tem como premissa aproximar a conservação ambiental da produção de alimentos.

“Buscamos aliar a proteção do bioma à produção agrícola sustentável.

A Caatinga abriga cerca de 32 milhões de pessoas, e precisamos garantir segurança alimentar ao mesmo tempo em que preservamos a base de vida des-

-sas comunidades”, explica.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ATRELADA À ECONOMIA E INCLUSÃO SOCIAL

A estratégia também mira a transformação econômica do semiárido. O modelo estimula sistemas produtivos de baixo impacto, geração de renda em comunidades rurais e práticas que tornem a região mais resiliente às mudanças climáticas.

Isso inclui manejo sustentável, uso de tecnologias limpas e incentivos para cadeias produtivas que dependem de recursos do bioma sem o degradar.

“A ideia é promover a recuperação das áreas degradadas e fortalecer a agricultura sustentável, permitindo que as famílias rurais produzam alimentos de forma saudável enquanto protegem suas terras”, reforça a coordenadora.

Luciana destaca ainda o papel do Consórcio Nordeste, que tem colocado a Caatinga como prioridade conjunta dos estados. A articulação envolve desde a busca por novas fontes de financiamento climático até a construção de políticas compartilhadas de economia sustentável, apoio à agricultura familiar e transição energética justa.

“Essa união é essencial para avançarmos em políticas públicas que protejam e recuperem o bioma. A Caatinga é estratégica para a integridade climática do planeta, e precisamos tratá-la como tal”, afirma.

UM BIOMA CRUCIAL PARA O CLIMA GLOBAL

Apesar de historicamente subvalorizada, a Caatinga possui elevada capacidade de estocar carbono e apresenta adaptação única às condições do semiárido. Com o recaatingamento, o Ceará pretende impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento que una valorização ambiental, inclusão social e inovação produtiva, reafirmando o papel estratégico da Caatinga no futuro do País e do planeta.

